



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201971002803	Distribuição: 02/11/2019
Número Único: 0003840-73.2019.8.25.0036	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: JOSÉ CÍCERO MARTINS
Endereço: POVOADO PARUI,
Complemento:
Bairro: POVOADO PARUI
Cidade: ITAPORANGA D'AJUDA - Estado: SE - CEP: 49120000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D´AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D´Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002803

DATA:

02/11/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201971002803, referente ao protocolo nº 20191102123900280, do dia 02/11/2019, às 12h39min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA CÍVEL DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE.**

JOSE CICERO MARTINS, brasileiro, divorciado, desempregado, RG nº 257.668 SSP/SE, CPF nº 264.846.175-20, residente e domiciliado ao Povoado Parui, S/N, Caueira, Itaporanga d'Ajuda/SE, CEP: 49120-000, vem através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, CEP nº 49080-270, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor.

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente sofreu um acidente de trânsito, quando foi atropelado no povoado Parui, no município de Itaporanga d'Ajuda/SE, a Requerente se deslocava de bicicleta quando este foi atingido por uma moto no acostamento na BR, em virtude do acidente o mesmo foi encaminhado para o HUSE, no carro do seu genro, relato obtido pelo B.O em anexo.

03. Em virtude do acidente, o Requerente deu entrada no HUSE, conforme vemos no prontuário médico em anexo, sendo detectado pelos médicos problemas em seu pé esquerdo, como vemos na documentação em anexo, apesar do bom procedimento médico, o Requerente ficou com sequelas permanentes.

04. Apesar de toda a documentação e provas, comprovando o acidente de trânsito e comprovando as sequelas deixadas pelo acidente, a Requerida negou o pagamento da indenização, mesmo após a apresentação das robustas provas anexadas aos autos que não deixam dúvidas sobre o acidente de trânsito sofrido pelo autor.

05. As sequelas deixadas pelo acidente de transito foram confirmadas no relatório médico do especialista em Ortopedia e Traumatologia, Masayuki Ishi - CRM 1276, atestando que o acidente causou no Requerente danos permanentes como dor no calcanhar, parestesia do calcanhar e limitação dos movimentos, relatório médico aqui devidamente anexado.

06. Diante disso, em virtude de ter sido negado o seu pedido de indenização decorrente das sequelas deixadas pelo acidente de trânsito em que foi vítima, não restou outra alternativa ao Autor, senão valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

07. O seguro DPVAT, que é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples e sequer é preciso advogado ou terceiro para fazer sua solicitação, para o seguro ser pleiteado, basta apenas, comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” (Grifamos)

08. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações **por morte, por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(grifos nosso)

09. Como podemos ver, o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a Requerida negou o seu pedido de pagamento da indenização.

10. Em virtude da negativa ao seu pedido de pagamento do seguro pela Requerida através da esfera administrativa, vem, o Requerente, perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento de indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais), referente aos problemas no calcanhar**, seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais,	

torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

III - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUINDO A RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO CNSP N° 14/95

11. A resolução CNPS n° 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as seguradoras que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro. Tal resolução traz a seguinte redação em seu artigo 10, II:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Grifamos

12. Como vemos, a resolução prevê o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização em 15 dias após a apresentação da documentação legal. Esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mas, não retirou o seu caráter de urgência em virtude do lado social da indenização, já que os valores da indenização não são altos.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”

13. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, ainda assim, foi negado o seu pedido de indenização, diante disso, o Requerente precisou procurar o Poder Judiciário para resguardar seu direito.

14. Ressalte-se que os documentos juntados aos autos são os mesmos juntados pelo Autor quando procurou a esfera administrativa, sendo estes suficientes para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele. No entanto, o seu pedido de indenização foi negado, mesmo bastando apenas comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74.

O DANO MORAL

15. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, não recebeu a indenização devida em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o mesmo tenha preenchido os requisitos para ter acesso à indenização a Requerida negou o pagamento ao Requerente.

16. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o caso concreto se amolda nos preceitos contidos Código Civil, mais precisamente nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, que deixa bem clara a responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

17. O Requerente, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, teve o seu pedido negado, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento, o que deixou abalado o autor com a sensação que as leis no país não são cumpridas e sentindo-se abandonado, sentimento esse que repercutiu no seu íntimo.

18. Além do que, o recebimento da indenização daria a ele a sua família melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência.

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:
(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:
(Grifamos)

19. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso a indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente do Tribunal de Justiça de Sergipe-TJSE, para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

*"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: *Apelação Cível*. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."*

20. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Autor tivesse acesso a um direito estabelecido em lei, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele.

21. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo requerida em virtude do não pagamento do prêmio, más pelas consequências do não pagamento do mesmo, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

22. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

23. Frise-se, que valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com o seu aporte econômico e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III-DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, **no valor de R\$3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais), referente aos problemas no calcanhar**, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação da Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado em seu membro lesionado, aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 dias, ou 30 dias seguindo o prazo estipulado pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para: condenar a Requerida em Danos Morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é R\$ 19.375,00 (dezenove mil trezentos e setenta e cinco reais)

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju, 02 de novembro de 2019.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: JOSE CICERO MARTINS, brasileiro, divorciado, desempregado, RG: 257.668 SSP/SE, CPF: 264.846.175-20, residente e domiciliado ao Povoado Paruí, S/N, Caueira, Itaporanga d'Ajuda/SE, CEP: 49120-000.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face

Sequencia 21 de,
podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 30/ abril 2019


JOSE CICERO MARTINS



1º Tabelionato de Notas, Protesto e Registro de Imóveis de Itaporanga D'Ajuda
Carlos Roberto Sales de Menezes - Tabelião e Oficial | André Cardoso Barreto de Menezes - Substituto
Av. Enildo Masi Neto, 141 - Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE - CEP: 49120-000 - Fone (78) 3254-1521 - email: carlosro@tjse.com.br

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico.
Em 04/04/2019 Válido somente com o selo nº
201929556004955
acesse: www.tjse.jus.br/X/QCCNZN_CELIO
BARRETO SOBRAL JUNIOR -
ESCREVENTE

CARTÓRIO DO TABELIÃO DE NOTAS, PROTESTO E REGISTRO DE IMÓVEIS DE ITAPORANGA D'AJUDA
TABELIÃO
André Cardoso Barreto
de Menezes
SUBSTITUTO
Celio Barreto Sobral
Júnior
ESCREVENTE NOTARIAL

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE

JOSE CICERO MARTINS
POV PARUL 437 - POV SACO
ITAPORANGA DA JUCA / SE CEP: 49120000 (AG: 620)

Ligação: EFASIO
Cis/Sbc: RUM MTC B2 / RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL
Roteiro: 8-630-987-1600 Referência: Mar/2019
Medidor: WEC030100 Emissão: 14/03/2019

energisa
ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGI SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju / SE - CEP: 49.040-150
CNPJ: 13.017.463/0001-63 Insc Est: 270.767.424
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 011.884.501
Cód. para Deb. Automático: 00000118773

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **Mar / 2019** Apresentação **14/03/2019** Data prevista da próxima leitura **11/04/2019** CPF/ CNPJ/ RANI **264.845.175-20**

UC (Unidade Consumidora): **3/511877-3**

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
13/02/19	0944	14/03/19	9995	
Demonstrativo				
CCI - Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Ata
0601 Consumo em kWh	141,000	0,332120	53,87	0,00
0610 Subsidio			23,08	0,00
0607 CONTRIB LUM PUBLICA			11,31	0,00
0604 JUROS DE MORA 02/2019			0,28	0,00
0605 MULTA 02/2019			1,08	0,00
0608 Devolução Subsidio			-21,75	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
			55,87	0,65
			23,08	0,24
			0,00	0,00
			0,00	0,00
			0,00	0,00
			0,00	0,00
			0,00	0,00
			0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL: 67,85 0,00 0,00 76,95 0,79 3,05

Média últimos meses (kWh) 136

VENCIMENTO
21/03/2019

TOTAL A PAGAR
R\$ 67,85

Histórico de Consumo (kWh)

168	181	155	143	138	163	134	145	126	368	150	139
Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Sep/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20

RESERVADO AO FISCO
d73f.568d.32a0.bcec.20bc.d9f9.a88f.c452.

Indicadores de Qualidade 1/2019 - ITAPORANGA

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	0,00	CONTRATADA
DIC ANUAL	0,00	LIMITE INFERIOR
FIC MENSAL	0,00	LIMITE SUPERIOR
FIC TRIMESTRAL	0,00	
FIC ANUAL	0,00	
DICRI	0,00	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/SE	18,45	27,19
Conta de Energia	25,54	37,65
Serviço de Transmissão	2,84	4,19
Encargos Setoriais	4,92	7,25
Impostos Diretos e Encargos	17,09	25,19
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	67,85	100,00

Valor do EVSD (Ref. 1/2019) R\$ 22,34

Subvenção DEC 7.981.19 R\$ 21,75

Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município

Faturas em atraso

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE



BDN - BRADESCO DIA E NOITE
EXTRATO INSS TERM.018280

JOSE CICERO MARTINS 09:14 HRS
AGENCIA 2052 CONTA 0867715-8 30/ABR/2019

DISPONIVEL
= TOTAL DISPONIVEL 1,00
+ CONTA INSS 1,00

TOTAL DE RECURSOS 1,00

MOVIMENTACAO CONTA CORRENTE

-----DEZEMBRO/2018-----

DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
05	SALDO ANTERIOR		1.945,00
06	SAQUE C/C BDN 8117355		1.400,00-
	SAQUE C/C BDN 8117363		540,00-
	S A L D O.....		5,00

-----JANEIRO/2019-----

04	CREDITO DO INSS 8311218		1.296,00
	MES 12/2018 NB 613769288-8		
	SAQUE C/C BDN 8280914		950,00-
	SAQUE C/C BDN 8280918		350,00-
	S A L D O.....		1,00

-----FEVEREIRO/2019-----

05	CREDITO DO INSS 9310119		1.340,00
	MES 01/2019 NB 613769288-8		
	SAQUE C/C BDN 8280267		990,00-
	SAQUE C/C BDN 8280276		350,00-
	S A L D O.....		1,00

-----MARCO/2019-----

08	CREDITO DO INSS 9280219		1.340,00
	MES 02/2019 NB 613769288-8		
	SAQUE C/C BDN 8117378		940,00-
	SAQUE C/C BDN 8117389		400,00-
	S A L D O.....		1,00

-----ABRIL/2019-----

03	CREDITO DO INSS 9310319		1.340,00
	MES 03/2019 NB 613769288-8		
	SAQUE C/C BDN 8117595		940,00-
	SAQUE C/C BDN 8117603		400,00-
	SALDO TOTAL		1,00

LANCAMENTOS FUTUROS - CONTA CORRENTE

-----ABRIL/2019-----

DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
30	INSS SDO RESID 9310319		1,00
	TOTAL EM 30/04/2019		1,00

-----MAIO/2019-----

06	CREDITO DO INSS 9300419		1.340,00
	MES 04/2019 NB 613769288-8		
	TOTAL EM 06/05/2019		1.340,00

REVALIDE SUA SENHA NO MES 03

Demonstrativo para simples conferencia.
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA - ITAPORANGA D'AJUDA
SE

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 036279/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 04/04/2019 12:16 Data/Hora Fim: 04/04/2019 12:40
Delegado de Polícia: Mariana Andrade de Amorim

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Itaporanga D'Ajuda

Data/Hora do Fato: 03/03/2019 18:30

Local do Fato

Município: Itaporanga d'Ajuda (SE)

Bairro: Povoado Parui

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1517: Acidentes diversos - trauma	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE CICERO MARTINS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Envolvido(a)	Grupo	Subgrupo	Descrição	Vínculo
Desconhecido 1	Veículo	Motocicleta/Motoneta	suposta motocicleta de marca Shineray	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

Relata o noticiante que foi vítima de atropelamento no povoado Parui, neste Município; Que o noticiante estava se deslocando de bicicleta quando a mesma foi atingida por uma moto no acostamento na Br; Que o noticiante ficou lesionado e foi encaminhado para o HUSE; no carro do genro; Que salienta que o responsável pela colisão foi o Sr. Sivaldo, vizinho do noticiante; Que o mesmo informa que Sivaldo parecia estar alcoolizado. Que diante do narrado, solicita as medidas que o caso requer.

ASSINATURAS

Kellin Cristine de Oliveira Gomes
Responsável pelo Atendimento

Jose Cicero Martins
(Vítima / Comunicante)

*Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável por esta ocorrência, acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que do origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 339-Denúncia Falsa, do Código de Processo Penal Brasileiro, e do Artigo 217 do Código Penal Brasileiro.



Delegado de Polícia: Mariana Andrade de Amorim
Impresso por: Kellin Cristine de Oliveira Gomes
Data de Impressão: 04/04/2019 12:40
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 1

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Tabelionato de Notas, Protesto e Registro de Imóveis de Itaporanga D'Ajuda
Carlos Roberto Sales de Menezes - Tabelião e Oficial | André Cardoso Barreto de Menezes - Substituto
Av. Emílio Mota Neto, 141 - Centro - Itaporanga D'Ajuda/SE - CEP: 49120-000 - Fone (79) 3284-1621 - email: cartorio@tabelionariodajuda.com.br
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico.
Em 04/04/2019 Válido somente com o selo nº
201929556004954
acesse: www.tjse.jus.br/x/FGHD2N CELIO
E ARRETO SOBRAL JUNIOR -
ESCREVENTE



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: José Cícero Martins

DATA DA ENTRADA: 03/03/19

DATA DA SAÍDA: 03/03/19

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (X) ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, veio por meios próprios.

Agitado, relata dor mais; Nega vômitos

Exame físico = A, B, C e D → sem alterações

E - Ferimento crítico - contuso em pé esquerda, dor ao mobilizar membro, sem deformidade.

Nega = alergia a medicamento.

Conduta → Aspirina + profenid + Exames + Av Neuro

Análise da Neuro → Paciente consciente, orientado verbalizando, sem déficits motores focais, com pupilas isocóricas e fotoreagentes

Nega: desmaio ou vômitos.

Taxografia de crânio → Ausência de fratura ou hemorragia traumática intracraniana

Conduta = liberado pela Neuro.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografia pé esquerda (2P)

MÉDICOS ASSISTENTES:

Alive Amorim - CRM 5560

Marcelo Barbosa - CRM 891

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE

ARACAJU, 20 de março de 2019

Dr. Rômulo Sampaio F. da C. Júnior
CRM: 204.896-2030.0003
CBO: 281100 GRM: 1745

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



Tabellão de Notas, Protesto e Registro de Imóveis de Itaporanga D'Audá
Carlos Roberto Sales de Menezes - Tabellão e Oficial
André Cardoso Barreto de Menezes - Oficial
Av. Estado das Índias, 141 - Centro - Itaporanga D'Audá - SP - 13.260-101 - emitido eletronicamente
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico.
Em 04/04/2019. Válido somente com o selo nº
201929556004953
acesse: www.tse.jus.br/x77QYPQ CELIO
BARRETO SOBRAL JUNIOR
ESCREVENTE

Rx - Av. Neurol

NÚCLEO DE VIGILÂNCIA 2
EPIDEMIOLÓGICA

/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES F

DATA DO ENVIO: / /

O. DO BE: 1867945
NS:

DATA: 03/03/2019
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 20:08

USUARIO: ELMENEZES

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

OME : JOSE CICERO MARTINS
DADE.....: 67 ANOS NASC: 23/12/1951
NDERECO.....: AV. 05

DOC....: 257668
SEXO...: MASCULINO
NUMERO: 163

OMPLEMENTO....: BAIRRO: MARCOS FREIRE I

UNICIPIO.....: ARACAJU

UF: SE

CEP....: 49000-000

OME PAI/MAE...: MANUEL ORAVIO MARTINS

/MARIA MAURINA DE JESUS

ESPONSAVEL...: JESUS-FILHA

TEL....: 79-98815-4

ROCEDENCIA...: ITAPORANGA D'AJUDA

975

TENDIMENTO...: VITIMA DE ATROPELAMENTO

ASO POLICIAL..: NAO

PLANO DE SAUDE....: NAO

TRAUMA: NAO

CID. TRABALHO: NAO

VEIO DE AMBULANCIA: NAO

A: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PÊSO: []

XAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRRAFIA

USPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

ADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Paciente vítima de atropelamento, veio por meios próprios, agitado, relata síncope, náusea e vômito, ABED sem alterações (E) ferimento certo contuso pé esquerdo, dor ao mobilizar membro, sem deformidade. Nega alergia medicamentosa e

NOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

- ① Dipirona 1amp IM 20:30
- ② Profenid 1amp IM
- ③ Rx pé esquerdo em 2 posições
- ④ Av. Neurocirurgia

ATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

LTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

[] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

BITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IMPL [] ANAT. PATOL

Dra Alina S. Amorim

CRM 5.580

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Sutura
Alta

EXAME DE NEUROLOGIA - (teste)
REALIZADO EM 03/03/19
AS 20:52

PROF. DR. ALINA S. AMORIM

2019/03

03/03/2019 - 10:42

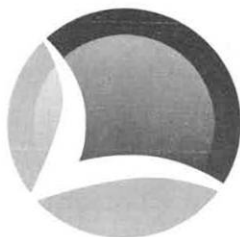
Neurocirurgia

Paciente consciente, orientado. Verbaliza
do, sem déficits motores focais, com pupi-
las isocólicas e acomodadas.
Nega desconforto ou vômitos.

Todo crânio : ausência de fratu-
ra ou hemorragia traumática intracra-
neal - liberado pela Neurocirurgia.

Marcelo 891
Marcelo Barreto Barbosa
Neurocirurgia
CRM 891

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS
REGISTRO: 111313
DATA: 03/03/19
HORARIO: 10:42
Técnico: [assinatura]



Lactise
consultas e exames

Relatório Médico.

- ① Paciente: José Cássio Martins.
- ② Data do acidente: 3/3/2019.
- ③ Idade: 70 anos.
- ④ Diagnósticos:
 - (a) Ferimento corte contuso do tornozelo e pé E CID S91.7.
 - (b) Fratura do malleolo lateral E CID S82.6.
- ⑤ Tratamentos:
Curativos + enfaixamentos.
- ⑥ Sequelas:
 - (a) Edema residual

SHISLEY
CORRETORA

16 ABR. 2019

DPVAT/SE

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lactise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.

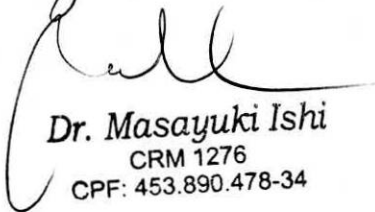
ESTE RECEITUÁRIO É UMA CORTESIA DA LACTISE



Lacrise
consultas e exames

- ⑥ Dor no cotovelo.
- ⑦ Parestesia no cotovelo.
- ⑧ Limitação dos movimentos

Aracaju, 11/04/2019


Dr. Masayuki Ishi
CRM 1276
CPF: 453.890.478-34

ESTE RECEITUÁRIO É DE CORTESIA DA LACRISSE

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lacrise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

☎ Whatsapp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 / 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.



Rx - Av. Neurol

NÚCLEO DE VIGILÂNCIA 2
EPIDEMIOLÓGICA

/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES F

DATA DO ENVIO: / /

O. DO BE: 1867945
NS:

DATA: 03/03/2019
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 20:08

USUARIO: ELMENEZES

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

OME : JOSE CICERO MARTINS DOC....: 857668
DADE.....: 67 ANOS NASC: 23/12/1951 SEXO...: MASCULINO
NDERECO.....: AV. 05 NUMERO: 163
OMPLEMENTO....: BAIRRO: MARCOS FREIRE I
UNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: 49000-000
OME PAI/MAE...: MANUEL ORAVIO MARTINS /MARIA MAURINA DE JESUS
ESPONSAVEL...: JESUS-FILHA TEL....: 79-98815-4
ROCEDENCIA...: ITAPORANGA D'AJUDA 975
TENDIMENTO...: VITIMA DE ATROPELAMENTO
ASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
CID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

A: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

XAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

USPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

ADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Paciente vítima de atropelamento, veio por meios próprios, agitado, relatando síncope, náusea e vômito, ABCE com alterações (E) ferimento certo contuso no esquerdo, dor ao mobilizar membros, sem deformidade. Nega alergia medicamentosa e

NOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

- ① Dipirona 1amp IM 20:30
- ② Profenid 1amp IM
- ③ Rx no esquerdo em 2 posições
- ④ Av. Neurocirurgia

SHISLEY
CORRETORA
16 ABR. 2019
DPVAT/SE

ATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA:

LTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

BITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] AMPL [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Suturo
Alta

Dra Alina S. Amorim
Ginecologia Geral
CRM/SE 5.560

EXAME DE INDIVIDUALIDADE
REALIZADO EM 03/03/19
AS 20:58



Rio de Janeiro, 24 de Abril de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190279845

Vítima: JOSE CICERO MARTINS

Data do Acidente: 03/03/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), JOSE CICERO MARTINS

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14224449





**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002803

DATA:

04/11/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900592}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002803

DATA:

07/11/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88. 1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, in Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato. 2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC. 3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova. 4. Após, volvam conclusos. 5. Observe o serventário, a disposição do art. 228 do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda

Nº Processo 201971002803 - Número Único: 0003840-73.2019.8.25.0036

Autor: JOSÉ CÍCERO MARTINS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88.

1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, *in* Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato.

2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova.

4. Após, volvam conclusos.

5. Observe o serventuário, a disposição do art. 228 do CPC.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON GUEDES CAVALCANTI NETO, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda**, em 07/11/2019, às 22:52:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002872833-14**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002803

DATA:

05/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi Carta de Citação AR nº 202071001754.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002803

DATA:

05/03/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202071001754 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Forum Felisbello Freire - Av. Emídio Maxi Neto, S/N
Bairro - Centro Cidade - Itaporanga d Ajuda
Cep - 49120-000 Telefone - (79)3264-3500

Normal(Justiça Gratuita)



202071001754

PROCESSO: 201971002803 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0003840-73.2019.8.25.0036
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: JOSÉ CÍCERO MARTINS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho:

(...) 2. **Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.**

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova.

4. Após, volvam conclusos.

5. Observe o serventário, a disposição do art. 228 do CPC.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **KAROLINE LEAO AQUINO DE OLIVEIRA MAXIMO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda, em 05/03/2020, às 09:28:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000502276-81**.